

HABEAS CORPUS Nº 485.102 - SP (2018/0339309-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : CELSO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CELSO ALVES DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. CARTA DE PRESO. REVISÃO DA CONDENAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. Writ não conhecido.

DECISÃO

Em 14/12/2018, mediante carta de preso, **Celso Alves dos Santos** impetrou *habeas corpus*, em que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que, em 17/3/2015, o paciente foi condenado à pena de 58 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 68 dias-multa, como incurso no art. 121, § 2º, V, c/c o art. 14, II, por quatro vezes, no art. 157, § 2º, I e II, por duas vezes, no art. 157, § 3º, 2ª parte, c/c o art. 14, II, por duas vezes, e no art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal.

Interposta apelação criminal, o Tribunal de Justiça deu parcial provimento e redimensionou a pena para 54 anos de reclusão e 46 dias-multa.

Neste *mandamus*, ao que parece, busca o paciente a sua absolvição dos crimes de homicídio.

Prestadas as informações pelo Juízo de origem (Autos n. 0017909-87.2012.8.26.0405), foi noticiado que o acórdão transitou em julgado para a defesa em 8/6/2016 (fl. 34).

A Defensoria Pública foi intimada para requerer o que entendesse de direito em favor do paciente, ocasião em que se manifestou nestes termos (fls.

100/101): *o paciente parece discordar da condenação e insiste na revisão do processo [...]. Situação, todavia que parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do habeas corpus. Assim, no sentido de preservar os interesses do paciente, solicitamos a concessão da ordem de ofício conforme requerida na inicial, caso assim entenda V. Exa ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada ao E. TJ/SP para, uma vez já ocorrido o trânsito em julgado e, se possível, formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para oferecimento de razões.*

É o relatório.

O writ não comporta seguimento.

No caso dos autos, o impetrante/paciente pleiteia a revisão de sua condenação. Contudo, chegar à conclusão diversa da proferida pelo Juízo de primeiro grau demandaria aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do *habeas corpus*.

Nesse sentido: HC n. 464.142/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 6/12/2018.

Ante o exposto, **não conheço** do writ.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator